



## PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 003/2021

Protocolo Geral Nº(1656/2)

Em 13 de Japosto de 2001

"DISPÕES SOBRE A CRIAÇÃO E ATUAÇÃO DO CONSELHO FISCAL DO PORTAL DE TRANSPARENCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDRO CANÁRIO".

**Art.1º** Fica criado o Conselho Fiscal do Portal de Transparência da Câmara Municipal de Pedro Canário, com funcionamento de modo permanente, com a finalidade de fiscalizar e orientar a gestão quanto a manutenção das informações no Portal de Transparência.

**Art.2º** O Conselho Fiscal do Portal de Transparência da Câmara Municipal de Pedro Canário, será composto de quatro membros efetivos e quatro suplentes.

**PARAGRAFO UNICO** - A composição do Conselho deverá obedecer a paridade de membros, sendo as vagas preenchidas por membros da sociedade civil e servidores, efetivos ou comissionados, do Poder Legislativo Municipal.

- **Art.3º** Os membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes serão investidos nos seus cargos mediante Portaria interna expedida após reunião de eleição.
- **§1º** Aos membros do Conselho Fiscal compete a escolha entre seus pares, de seu Presidente, a ser realizada na primeira reunião após a posse, devendo seu resultado ser comunicado ao gabinete da presidência da Câmara, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, de sua eleição.
- **§2º** Os membros do Conselho Fiscal exercerão seus cargos por 02 (dois) anos, sendo permitida a recondução.
- §3º Aos membros do Conselho Fiscal cabe a elaboração de seu Regimento Interno.
- Art.4º Perderá o mandato o conselheiro que:
- I Desvincular-se do órgão de origem de sua representação;
- II- Faltar a três (3) reuniões consecutivas ou a cinco intercaladas sem justificativa que deverá ser apresentada na forma prevista no regimento Interno;
- III- Apresentar renúncia ao conselho;
- IV- Apresentar procedimento incompatível com a dignidade das funções;
- V- For condenado por sentença irrecorrível em razão do cometimento de crime ou contravenção penal.





**Art.5º** Os membros do Conselho Fiscal deverá, mensalmente, manifestar-se sobre o conteúdo do Portal de Transparência, recomendando à Presidência a adoção das medidas corretivas que julgar convenientes, procedendo de igual forma no tocante aos relatórios e pareceres da Auditorias Internas e/ou Independente, bem como acompanhar as exigências estabelecidas pelos órgãos de controle e Ministério Público.

- **Art.6º** Caberá a Presidência da Câmara indicar um funcionário qualificado para Secretaria Executiva do Conselho Fiscal.
- § 1º O servidor designado para a Secretaria Executiva fará jus a uma gratificação mensal no valor de R\$ 250,00 (Duzentos e Cinquenta Reais).
- § 2º O servidor designado para Secretaria Executiva não poderá ser membro efetivo ou suplente do Conselho Fiscal.
- § 3º Cabe a secretaria executiva do Conselho Fiscal:
- a) Preparar e redigir atas;
- b) Catalogar material das reuniões;
- c) Acompanhar pendências de solicitações do Conselho;
- d) Distribuir, antecipadamente, material da reunião para os Conselheiros;
- e) Preparar calendário de reuniões;
- f) Convocar as reuniões, por determinação do Presidente do Conselho;
- g) Responsabilizar-se pela recepção e expedição de correspondências do Colegiado.

Art. 7º A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 13 de agosto de 2021.

Denis Pereira Amâncio

Presidente

JACONIAS DIAS MARTINS
Vice-Presidente

ELEANDRO REIS KONOSKI 1° Secretário